

## RELATÓRIO DE ANÁLISE DA CONJUNTURA NA PALESTINA E NO MÉDIO ORIENTE

*Este documento integra as propostas de alteração aprovadas na Assembleia Geral de 26 de Fevereiro de 2108*

**1.** Em 2018 o povo palestino continua a não ver realizados os seus direitos nacionais, setenta anos após a Nakba – a limpeza étnica dos palestinos que constitui o crime indelével sobre o qual está construído o Estado de Israel – e meio século após a guerra com que Israel completou a ocupação de toda a Palestina histórica, do Mediterrâneo ao Jordão. Em 1947 as Nações Unidas assumiram a pesada responsabilidade da partição da Palestina, em cujo território decidiram a constituição de dois Estados, um judaico e outro árabe. O Estado judaico existe há 70 anos; o Estado palestino permanece uma dívida irrecusável que a comunidade internacional tem o dever histórico de saldar.

**2.** A situação na Palestina não cessa de se agravar. Persiste desde 1967 a brutal ocupação militar israelita dos territórios palestinos da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, que o direito internacional não reconhece e condena.

Continua a construção do ignominioso Muro do apartheid, considerado ilegal pelo Tribunal Internacional de Justiça. Não é uma «barreira de separação», como lhe chama Israel, não seguindo o traçado da linha verde que demarca Israel e os territórios ocupados. Na verdade, tem mais do dobro da sua extensão, é maioritariamente construído em território palestino, separa populações dos seus campos agrícolas, corta ao meio povoações.

O Muro, os *checkpoints*, o intrincado sistema de cartões de identificação, as zonas para uso militar israelita, o sistema viário para uso exclusivo dos colonatos, provocam uma cada vez maior fragmentação do território da Cisjordânia e uma progressiva guetização dos palestinos em bolsas de difícil comunicação entre si.

Na Faixa de Gaza, submetida a mais de dez anos de um criminoso bloqueio por Israel, com a colaboração do Egipto, a taxa de desemprego é a mais alta do mundo, só há energia eléctrica algumas horas por dia, os esgotos deixaram de ser tratados, praticamente não há água potável por contaminação dos aquíferos. O acesso à educação e a ajuda alimentar de grande parte da população dependem da UNRWA (agência da ONU de apoio aos refugiados palestinos) e ressentir-se-ão gravemente do corte de financiamento dos EUA à agência.

“À beira da catástrofe humanitária, o pequeno território, onde se amontoam dois milhões de pessoas, encontra-se ainda sujeito aos ataques militares de Israel, sejam os recentes bombardeamentos aéreos, sejam os disparos e frequentes aprisionamentos das embarcações de pesca ou os ataques contra os campos agrícolas na zona de exclusão ao longo da fronteira com o território de Israel”.

É aterradora a escala da repressão. Apenas desde 2000, mais de 9500 palestinos, incluindo mais de 2000 crianças, foram mortos por Israel.

Os presos palestinos nas cadeias de Israel são actualmente cerca de 6200, dos quais mais de 300 menores e 450 em regime de detenção administrativa (sem julgamento nem culpa formada). Entre os prisioneiros, contam-se 11 deputados do Conselho Legislativo Palestino, dos quais 7 estão em prisão administrativa. Desde 1967, o número total de presos e detidos palestinos nas prisões israelitas já ultrapassou os 850 000; 100 000 palestinos já foram submetidos a detenção administrativa.

Em Jerusalém, acelera-se o processo de total judaização da cidade, incluindo da parte oriental ilegalmente ocupada. Sucedem-se as invasões provocatórias de grupos sionistas de judeus à mesquita de Al-Aqsa. As autoridades israelitas querem desanexar da cidade os bairros palestinos situados para lá do Muro, ao mesmo tempo que estão em curso processos visando anexar à cidade os colonatos adjacentes. O objectivo é expulsar a população palestina, criando uma Jerusalém «etnicamente pura», e ao mesmo tempo separar do restante território palestino a cidade que é o coração da Palestina.

Os refugiados palestinos — a mais antiga e numerosa população de refugiados do mundo — continuam a não ver reconhecido o seu direito ao regresso ou a uma justa compensação. É particularmente difícil a situação do meio milhão de refugiados na Síria, muitos dos quais forçados a tornarem-se novamente refugiados, dentro da própria Síria ou nos vizinhos Líbano e Jordânia. Os milhões de refugiados palestinos que dependem totalmente da ajuda da UNRWA vão a curto prazo sofrer as consequências dramáticas da precária situação financeira desta, na sequência do corte efectuado pelos EUA.

**3.** Israel, governado por uma coligação de extrema-direita, continua a violar o direito internacional. Repetidamente condenado na ONU, Israel sente-se impune graças ao permanente apoio aberto dos Estados Unidos e à complacência dos outros países ocidentais, incluindo a União Europeia. Os EUA atribuíram a Israel, em 2016, o maior pacote de ajuda militar alguma vez dado a qualquer país, no valor de 38 mil milhões de dólares. São tímidos os protestos europeus contra a destruição por Israel de infra-estruturas na Palestina pagas pela própria UE, mas grandes os financiamentos concedidos a Israel ao abrigo do Programa Horizonte 2020. Continua em vigência o Acordo de Associação da UE com Israel, apesar da diária e grosseira violação pelo Estado sionista da obrigação nele contida do respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos.

Longe de ser «a única democracia do Médio Oriente», Israel é antes um estado confessional e segregacionista que confere direitos plenos apenas aos seus cidadãos judeus, e responde com a ocupação, a repressão, as prisões, a agressão e o bloqueio a Gaza ao exercício dos legítimos direitos democráticos dos palestinos. Israel, que atribui o direito de se tornarem automaticamente cidadãos a todos os judeus de qualquer parte do mundo (enquanto nega aos palestinos expulsos em 1948 e seus descendentes o direito ao retorno), tem ao mesmo tempo no seu ordenamento jurídico interno uma bateria de leis discriminatórias dos cidadãos não judeus, principalmente dos 20% de palestinos cidadãos de Israel, descendentes dos palestinos que escaparam à limpeza étnica de 1948. Entretanto, prossegue a limpeza étnica da população palestina, visando em especial as comunidades beduínas, tanto dentro das fronteiras do armistício de 1949, como nos territórios ocupados em 1967.

Israel prossegue dia a dia a colonização dos territórios ocupados. O total de colonos israelitas que vivem nos territórios palestinos ocupados excede os 600 000. Existem actualmente na Cisjordânia ocupada mais de 130 colonatos criados pelo governo de Israel e uma centena de «postos avançados», considerados ilegais pelo próprio direito israelita, mas beneficiando das infra-estruturas e da protecção militar do Estado sionista, a que acrescem 15 colonatos na parte de Jerusalém que Israel ocupa ilegalmente desde 1967. Todos os colonatos são ilegais à luz do direito internacional, nomeadamente da IV Convenção de Genebra, que proíbe a instalação de população da potência ocupante nos territórios ocupados, e da Resolução 2334 do Conselho de Segurança, de 23 de Dezembro de 2016.

É inaceitável a decisão unilateral dos Estados Unidos da América, anunciada pelo presidente Donald Trump, de reconhecer Jerusalém como capital de Israel e de transferir para aí a sua embaixada, decisão que premeia e encoraja a ocupação e colonização dos territórios palestinos por Israel. Fazer coincidir a transferência da embaixada com o 70º aniversário de Israel e da Nakba, como foi anunciado, é um ultraje suplementar ao povo palestino. Ao adoptarem ostensivamente a posição de Israel na questão do estatuto de Jerusalém, que continua por resolver e está no centro da questão israelo-palestina, os Estados Unidos renegam o papel de «mediador honesto» e confirmam a sua orientação estratégica de aliança com Israel.

Encorajados pelos ventos que sopram de Washington, os sectores mais radicais de Israel, já de si com um panorama político que é o mais direitista de sempre, reclamam a anexação aberta dos territórios palestinos ocupados. O Comité Central do Likud, partido dirigente da coligação governamental, aprovou por unanimidade uma resolução exortando os seus líderes a anexar formalmente os colonatos. E no passado dia 12 de Fevereiro o parlamento israelita aprovou uma lei que aplica o direito israelita às instituições académicas localizadas nos colonatos e as coloca sob a alçada do Conselho de Educação Superior de Israel.

Em vez da solução de dois Estados, que é consensual na comunidade internacional e se baseia nas resoluções da ONU, caminha-se para um Estado sionista do Mediterrâneo até ao Jordão, onde a população palestina que escapar a uma nova limpeza étnica será discriminada e reprimida, vivendo em pequenos enclaves semiautónomos e descontínuos. Essa realidade chamar-se-ia *apartheid*.

**4.** A decisão dos EUA de reconhecer Jerusalém como capital de Israel foi universalmente condenada, como expressa a votação por maioria esmagadora da resolução da Assembleia Geral da ONU de 21 de Dezembro de 2017, apesar das grosseiras ameaças e inadmissíveis pressões estado-unidenses. Os Estados Unidos desqualificaram-se como mediador do pretensão «processo de paz» iniciado em Oslo, que na realidade se convertera ao longo dos anos numa expressão oca que apenas servia para prolongar e encobrir o avanço da colonização e o prosseguimento da ocupação israelita.

À denúncia da sua posição responderam os Estados Unidos com uma intensificação da pressão e da chantagem financeira sobre os palestinos, através da redução do financiamento à Autoridade Palestina e da redução drástica do contributo dos Estados Unidos para a UNRWA, que presta serviços indispensáveis a milhões de refugiados palestinos na Cisjordânia, Gaza, Jordânia, Líbano e Síria. Esta decisão vai também no sentido de um velho desejo de Israel de ver dissolvida a UNRWA. O desaparecimento da UNRWA seria para Israel um meio para, procurando fazer esquecer o crime que foi a limpeza étnica de 1948 e 1967, esconder a realidade de milhões de refugiados e o seu direito ao retorno, consagrado pela resolução 194 da Assembleia Geral da ONU, de 11 de Dezembro de 1948.

A nova realidade política foi reconhecida pelo próprio Mahmoud Abbas, presidente da OLP e da Autoridade Palestina, ao declarar o fim dos Acordos de Oslo, durante a reunião do Conselho Central da OLP, reunido em 14 e 15 de Janeiro de 2018. Este órgão de cúpula da OLP, não contando, porém, com a participação do Hamas e da Jihad Islâmica, decidiu nomeadamente rejeitar a decisão estado-unidense, suspender o reconhecimento de Israel e cessar a cooperação entre a Autoridade Palestina e Israel, incluindo em matéria de segurança, afastar-se da situação de dependência económica de Israel e prosseguir os esforços no sentido de um Estado palestino nas fronteiras de 4 de Junho de 1967 e com capital em Jerusalém Oriental.

Esta exigência foi reafirmada por Mahmoud Abbas no seu discurso de 20 de Fevereiro de 2018 no Conselho de Segurança da ONU, propondo ao mesmo tempo um processo negocial já não sob a égide dos EUA mas no quadro de uma conferência internacional.

Na nova e complexa situação criada, quaisquer que sejam os seus desenvolvimentos, os amigos da causa palestina só podem fazer votos de que uma acção determinada das instâncias políticas permita a aplicação das decisões do Conselho Central e se faça eco da luta do povo palestino contra a ocupação, os colonatos e a anexação, pela realização dos seus direitos nacionais.

Nesta perspectiva, seria muito desejável ver chegar a bom termo o processo de reconciliação entre as forças políticas palestinas, nomeadamente a Fatah e o Hamas, delineado pelo acordo assinado no Cairo em 12 de Outubro de 2017. Não menos desejável seria ver concretizada a revitalização e unidade da OLP, congregando todas as forças nacionais palestinas.

O principal factor de esperança no futuro é o prosseguimento incansável, desde há longos anos, da luta do povo palestino, de que foi magnífico exemplo a prolongada e vitoriosa greve da fome dos presos palestinos em 2017 e mais recentemente a vaga de protestos contra a iníqua decisão estado-unidense relativa a Jerusalém, que prossegue e que já se salda em três dezenas de mortos.

**5.** Israel, único país do Médio Oriente a possuir a arma nuclear, continua a constituir um factor de perturbação e uma ameaça à paz em toda esta região. Os ataques aéreos de Israel à Síria em 14-15 de Fevereiro são o sinal de uma escalada do envolvimento israelita no conflito sírio que já vem de há muito, concretizado no apoio a vários grupos terroristas sírios e numa centena de ataques desde 2012, como revelou em Agosto passado o então comandante da força aérea israelita, major-general Amir Eshel.

A região médio-oriental, estratégica pela existência de matérias-primas como petróleo e gás natural, mas também estratégica para o controlo das vias comerciais e energéticas entre o Ocidente e o Oriente, continua a conhecer uma situação muito complexa e de desenvolvimento incerto.

Na Síria caminha-se para a derrota do Daesh e outros bandos armados terroristas, graças à resistência do povo e das forças armadas sírias, com uma importante contribuição militar dos seus aliados. Tal evolução constituiu uma derrota estratégica das forças terroristas, e de todos quantos promoveram desde a primeira hora a militarização da situação, visando fragmentar o país, ao estilo do que ocorreu na Líbia. Reforçou-se o papel e

influência dos países e forças que resistem à ingerência estrangeira na região, nomeadamente a estado-unidense, e que se opõem ao projecto sionista e apoiam o povo palestino. Uma evolução semelhante registou-se no vizinho Iraque, onde se caminha também para a derrota do Daesh e a afirmação da unidade do país.

Mas nem por isso cessaram as ingerências e as tentativas de retalhar os países da região. A situação na região síria de Afrin, até agora dominada por milícias curdas, invadida pela Turquia e para onde se deslocaram muito recentemente tropas sírias, terá desenvolvimentos ainda imprevisíveis. O Nordeste e Leste do país, ricos em hidrocarbonetos, permanecem sob o controlo das chamadas «Forças Democráticas Sírias», gozando do apoio dos EUA, que nesta região mantêm estacionados ilegalmente, já que sem o consentimento das autoridades sírias, milhares de soldados e que já atacaram repetidamente tropas do exército sírio.

Neste contexto, é crucial lutar para defender a soberania e integridade territorial da Síria, exigindo que caiba tão só ao seu povo decidir o futuro do país.

Em contrapartida, envolta num grande manto de silêncio que oculta a natureza criminosa dos bombardeamentos e dos combates, prossegue a guerra lançada pela Arábia Saudita e pelos Emiratos Árabes Unidos, com o apoio de potências ocidentais, contra o Líbano, que se traduz numa catástrofe humanitária neste país e que ameaça conduzir à sua fragmentação. As veleidades hegemónicas do reino saudita traduziram-se também na vergonhosa ingerência nos assuntos libaneses, com o sequestro do seu primeiro-ministro, e no bloqueio por si liderado contra o Catar.

O Irão, objectivo estratégico do ataque estado-unidense e israelita em caso de queda da Síria, continua a ser alvo da agressividade dos Estados Unidos, que procuram constituir uma aliança regional anti-Irão com a participação de Israel e de países árabes encabeçados pela Arábia Saudita. São graves as ameaças de os EUA rasgarem o acordo nuclear com o Irão, bem como a recente escalada de tensão protagonizada por Israel que, tentando hipocritamente apresentar-se como vítima de uma violação de soberania, lança ameaças ao Irão, como fez Netanyahu em Munique em 18 de Fevereiro.

Sucedem-se as tentativas de ingerência nos assuntos internos no Líbano e a tentativa de arrastar o país para uma nova guerra civil.

A situação no já tão martirizado Médio Oriente apresenta-se extremamente instável e perigosa, não sendo de excluir o perigo de a qualquer momento eclodir uma guerra de ainda maiores dimensões, com consequências funestas para a região e talvez até para além dela. A luta pela paz na região tem de ser uma preocupação central de todos quantos defendem a paz mundial e a soberania dos povos.

**6.** Na situação actual recheada de perigos e dificuldades, respeitando sempre o direito fundamental do povo palestino a escolher as vias e as formas que considere mais adequados para alcançar a realização dos seus direitos, é absolutamente necessário prosseguir e reforçar a solidariedade com a luta do povo palestino.

Num panorama mediático nacional e internacional em que dominam de modo esmagador a ideologia e a propaganda sionistas e o apoio à acção terrorista de Israel, é necessário desenvolver e intensificar um trabalho persistente de denúncia da sua natureza opressora e segregacionista, de informação sobre a realidade da sua acção criminosa e dos perigos que representa para a paz na região e no mundo. É necessário dar a conhecer do modo mais alargado possível a história, a cultura e a luta do povo palestino contra a ocupação e a repressão, pela afirmação dos seus direitos.

No preciso ano em que se assinalam os 70 anos da Nakba, a limpeza étnica que constitui acto fundacional de Israel, seria inaceitável que fosse eleito para o Conselho de Segurança o Estado que mais vezes violou as resoluções da ONU e que a continua a pôr em causa de forma acintosa. O MPPM procurará promover um movimento de protesto contra a candidatura de Israel ao Conselho de Segurança, reclamando que o Governo de Portugal exerça todas as diligências no sentido de a impedir.

O Acordo de Associação UE-Israel constitui um apoio de facto da UE a um Estado que diariamente viola os direitos humanos e a legalidade internacional. O MPPM procurará também desenvolver acções para dar conhecer esta realidade e pôr termo à vigência do Acordo.

Ao mesmo tempo que faz votos de que seja prosseguida e ampliada a importante expressão de apoio ao povo palestino na Assembleia da República e a acção assinalável do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-

Palestina, o MPPM procurará ir ao encontro, incentivar e congregar os cada vez mais numerosos cidadãos, associações, autarquias, cuja consciência os impele a colocarem-se do lado da justiça e da solidariedade com o povo palestino.

**7** • Neste ano do 70.º aniversário da Nakba, o MPPM reafirma a sua solidariedade indefectível com o povo palestino e saúda a sua justa luta pelos seus inalienáveis direitos nacionais, pela edificação do Estado da Palestina livre, independente, soberano e viável nas fronteiras anteriores a 1967, com capital em Jerusalém Oriental, e uma solução justa para a situação dos refugiados palestinos nos termos do direito internacional e das resoluções pertinentes das Nações Unidas.

O MPPM apela ao Governo Português a que, em obediência aos princípios constitucionais e no seguimento da recomendação aprovada na Assembleia da República, reconheça formalmente o Estado da Palestina com capital em Jerusalém Oriental.

O martirizado povo palestino deve ver finalmente reconhecido o seu direito a uma existência em paz e segurança. Enfrentando a repressão, a ocupação, a guerra, o exílio, o povo palestino não desiste, mas resiste, afirma orgulhosamente a sua identidade nacional, exige justiça, e é credor da admiração, respeito e apoio de todos quantos amam a liberdade.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2018

A Direcção Nacional do MPPM